



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Erechim

CONSELHO DE CAMPUS

Ata nº 04/2021 de 24/06/2021 – 3ª Reunião Ordinária

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, via
2 *webconferência*, na sala: <https://meet.google.com/kcx-xerc-sva>, foi realizada a terceira
3 Reunião Ordinária do Conselho de *Campus* (Concamp) do Instituto Federal de Educação,
4 Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus Erechim*. A sessão foi presidida
5 pelo Diretor-Geral Substituto, Alexandro Magno dos Santos Adário. Estiveram presentes os
6 seguintes conselheiros: Gema Luciane Agliardi e Keila Marina Nichelle. Representantes
7 técnico-administrativos: Monalise Marcante Meregalli e Marlova Elisabete Balke.
8 Representante discente: Raquel Vieira da Silva. Participaram também os servidores Carlos
9 Eduardo Weidlich e Roberta Rigo de Aguiar. A reunião foi convocada com a seguinte pauta:
10 **1. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada dia 20 de maio de 2021; 2. Apreciação**
11 **das IN PRODI 01/2021 e 02/2021; 3. Novos Documentos Institucionais orientadores sobre**
12 **a prevenção da Covid-19 no IFRS/ Comitê de Crise do IFRS Campus Erechim/ GT Retorno**
13 **Seguro – Informações, preparação e organização; 4. Assuntos gerais.** Alexandro iniciou a
14 reunião saudando os presentes, comunicou que o Diretor-Geral, Eduardo Angonesi
15 Predebon não pôde presidir a mesma porque foi convocado para reunião do Colégio de
16 Dirigentes, e na sequência passou para o primeiro item da pauta: **1. Aprovação da ata da**
17 **reunião ordinária realizada dia 20 de maio de 2021:** A ata foi aprovada por unanimidade
18 pelos conselheiros. **2. Apreciação das IN PRODI 01/2021 e 02/2021:** Alexandro informou
19 que, como Gestor de Desenvolvimento Institucional (DI), explanaria as INs separadamente,
20 e iniciando pela IN PRODI Nº 01/2021, a qual trata sobre o Plano de Ação (PA) 2022,
21 comentou que no ano de 2020 houveram contratempos na elaboração do PA, e para
22 retomar as atividades adequadamente, optou-se por iniciá-la pelo Concamp, para dar
23 transparência aos processos. Destacou que há obrigação legal de desenvolver um PA a cada
24 ano, que concomitante com à programação orçamentária, balizarão o que a gestão e a
25 comunidade acadêmica do *campus* realizarão em 2022, e que o planejamento inicia com
26 antecedência, porque há várias instâncias até chegar ao Consup, o qual aprova e gera um
27 documento único para o IFRS. Informou que disponibilizou no site do *campus*, na aba do DI,
28 um conjunto de documentos norteadores para elaboração do PA: IN PRODI nº 01, de
29 15/06/2021; IN MP/CGU nº 01, de 10/05/2016, que fala sobre a política de gestão de riscos;
30 Política de Gestão de Riscos do IFRS – comentou que passou ser obrigatório que cada ação

31 tenha atrelado a ela um controle de Gestão de Riscos; Relatórios de autoavaliação (CPA
32 Local) – comentou que cada vez mais é solicitado, tanto pela CGU quanto pelo MEC e pela
33 Gestão do IFRS, que o PA tenha como base as sugestões dos relatórios de autoavaliação,
34 para melhoria das ações. Alexandre pontuou que para o desenvolvimento do trabalho de
35 elaboração do PA, como nos anos anteriores, será formada uma comissão com servidores
36 docente e técnicos, e também discentes. A função principal da Comissão é intermediar com
37 os segmentos, trazendo as propostas de ações e auxiliar na avaliação do relatório de ações,
38 para analisar quais ações serão incluídas ou não. Falou ainda que está sendo desenvolvido
39 um formulário para coletar as propostas de ações de forma organizada, e que o mesmo será
40 compartilhado posteriormente, e na sequência será organizado o PA, e reforçou as etapas
41 de elaboração do mesmo: Formação da comissão; Coleta das sugestões; Avaliação das
42 sugestões; Inclusão das ações no PA; e retorno ao Concamp para apreciação. Keila
43 comentou que, pela experiência de participações anteriores em Comissões de elaboração
44 do PA, observou que durante a articulação com a área surgem muitas dúvidas que os
45 membros da Comissão não conseguem esclarecer, mesmo com a orientação dos
46 documentos norteadores, e sugeriu a realização de uma reunião geral para falar sobre esses
47 documentos, bem como para esclarecer sobre a inserção das ações no PA. Alexandre
48 considerou pertinente a sugestão, ressaltando que essa necessidade já havia sido
49 levantada, que foi observado no CODI que outros campi já veem realizando diálogos com
50 os servidores, e concordou em organizar momentos de diálogo no *campus*, ressaltando que
51 além da explicação sobre as ações, haverá necessidade de falar sobre a gestão de riscos.
52 Roberta comentou que a PROAD teve reunião conjunta com a PRODI, para buscar alinhar o
53 PA com o orçamento, mesmo os prazos sendo diferentes, onde o PA é aprovado até o final
54 do ano, enquanto a proposta orçamentária precisa ser inserida no SIOP até quatro de
55 agosto, sendo necessária a organização da proposta orçamentária, para depois alinhar com
56 o PA, sugeriu a realização de uma reunião com a Comissão do PA antes da proposta
57 orçamentária passar pelo Concamp. Roberta destacou que os recursos são escassos, que
58 será trabalhado com valor igual de 2020, mas seria importante que todas as propostas de
59 ações do campus fossem ouvidas, para alinhar as ações. Alexandre comentou que o
60 processo é confuso, pois são duas coisas separadas, que estão intimamente ligadas,
61 enfatizando que a programação orçamentária é o que vai ser gasto e o PA o que vai ser
62 feito, mas destacou que como as ações podem ou não ser orçamentárias, tem prazo maior,
63 e lembrou o encaminhamento definido para a elaboração do PA, tendo a concordância
64 dos conselheiros. Na sequência Alexandre abordou a Revisão da Oferta de Cursos e vagas
65 (IN PRODI Nº 01/2021), destacando que esse processo é compartilhado com o Ensino, mas
66 por ser atrelado ao PDI, a responsabilidade de condução é do DI. Esclareceu que nos PDIs
67 há um capítulo relacionado às novas ofertas de cursos e vagas, com a ideia do IFRS ampliar
68 a ofertas, propondo novos cursos e novas vagas, mas como o PDI é um plano de 4 anos,
69 eventualmente acontece de algumas ofertas não serem efetivamente implementadas ou
70 de acontecer alguma alteração. Exemplificou com o Curso de Bacharelado em
71 Administração e o Curso Integrado em Mecatrônica, que iniciariam em 2021, mas serão

72 ofertados a partir de 2022, em função da pandemia. Alexandre falou que nos planos
73 anteriores não tinha a previsão de revisão anual, essa revisão iniciou com o atual PDI em
74 2019, mas não foi feita em 2020, em função da pandemia. Destacou que o objetivo é que
75 todas as ofertas de cursos e vagas que estão no PDI sejam reavaliadas, para verificar se
76 serão mantidas ou não, mas sugeriu que nenhuma oferta seja cortada inicialmente.
77 Alexandre salientou que o processo se concentra nas áreas do ensino, mas como é um
78 processo participativo, toda comunidade acadêmica pode dar sugestões com relação às
79 ofertas. Informou que na página do DI, na aba Revisão da Oferta de Cursos e Vagas, estão
80 publicados os documentos básicos para promover as reflexões, como a , informações
81 relativas ao PDI e sobre o capítulo de oferta de cursos e vagas, link de acesso à Plataforma
82 Nilo Peçanha, a qual analisa diversos dados estatísticos e de gestão dos Cursos Técnicos e
83 Tecnológicos da Rede Federal, contendo informações importantes com relação à procura,
84 taxa de evasão e de conclusão dos cursos, indicadores fundamentais para avaliar as ofertas.
85 A aba contém ainda documentos de legislação, como o Catálogo nacional de Cursos
86 técnicos, agora com versão online, o Catálogo dos Cursos Superiores e Tecnologias, links de
87 acesso aos Conselhos Federais dos curso e áreas, e diretrizes curriculares para os cursos
88 que não tem conselhos federais estabelecidos. Marlova questionou se há previsão de início
89 do Curso de Administração. Alexandre informou que a previsão de início é para 2022, como
90 o Técnico em Mecatrônica. Quanto à metodologia, Alexandre informou que inicialmente
91 serão realizadas reuniões com as áreas específicas, bem como com as áreas gerais, das quais
92 também pode vir a proposição de novos cursos, e na sequência a realização de reunião com
93 os setores técnicos administrativos, onde será realizada a revisão da atual planilha, com
94 proposição de uma nova planilha para 2022 e 2023. Alexandre solicitou aos conselheiros
95 discente que provoquem as suas representações para discutir sobre sugestões também. **3.**
96 **Novos Documentos Institucionais orientadores sobre a prevenção da Covid-19 no IFRS/**
97 **Comitê de Crise do IFRS Campus Erechim/ GT Retorno Seguro – Informações, preparação**
98 **e organização:** Alexandre passou a palavra para Carlos Eduardo, o qual compartilhou uma
99 apresentação sobre as diretrizes gerais para uso dos espaços institucionais durante o estado
100 de pandemia da COVID-19, destacando que a finalidade é situar e esclarecer dúvidas sobre
101 os documentos norteadores, organizados pelo Comitê Central de enfrentamento da Covid-
102 19. O primeiro documento apresentado foi “Recomendações às Comissões Locais para
103 Prevenção, Monitoramento e Controle da Covid-19”, destinado à orientar os Comitês locais,
104 sobre a atenção permanente à situação em que se encontrar a região através do sistema
105 3As; Sobre o cumprimento do Plano de Contingência e registro do mesmo, bem como de
106 protocolos complementares, no Centro de Operações e Emergência (COE) Estadual; e sobre
107 a utilização do Almoxarifado Virtual para aquisição de materiais necessários de higiene ou
108 outros que se fizerem necessários. O Segundo documento apresentado foi o “Plano de
109 Contingência para prevenção, monitoramento e controle do novo coronavírus – Covid-19
110 (2ª edição)”. Carlos destacou que o plano traz as atribuições da Comissões Locais, os
111 protocolos obrigatórios, os recomendados e os complementares, que devem ser
112 elaborados pelas Comissões locais, e os procedimentos a serem seguidos no caso de

113 confirmação de contaminados por Covid no *Campus*. Sobre as atribuições da Comissão
114 Local, Carlos destacou as seguintes: Informar e capacitar a comunidade acadêmica sobre os
115 protocolos obrigatórios e específicos, constantes no Plano de Contingência; Elaborar os
116 protocolos complementares conforme as especificidades do *campus*; Manter a rotina de
117 monitoramento dos protocolos, zelando pela execução diária dos mesmos; Avaliar e
118 deliberar sobre solicitações de programas e/ou projetos de ensino, pesquisa, inovação e
119 extensão para a realização de atividades presenciais em laboratórios ou qualquer outro
120 ambiente do *campus*; Exarar parecer acerca da possibilidade de desenvolvimento de
121 atividades práticas presenciais conforme disposições da Resolução CONSUP nº 15, de
122 19/02/2021. Sobre os protocolos de prevenção obrigatórios, Carlos falou que os cartazes
123 orientadores constam no Plano de Contingência e serão fornecidos pela Reitoria, para
124 afixação nos campi e enfatizou que mesmo sendo de conhecimento geral, é importante
125 sempre reforçá-los, destacando: Uso obrigatório de máscara, a qual frisou que pode ser do
126 tipo cirúrgica descartável, tecido em três camadas ou protetor respiratório N95 ou PFF2,
127 sem válvula de exalação; A correta utilização e manuseio das máscaras, bem como a
128 efetuação do seu descarte correto dentro do *campus*; Distanciamento entre pessoas e
129 circulação em sentido único nos corredores e demarcação de pisos; Uso preferencial das
130 escadas em detrimento dos elevadores. Sobre o teto de ocupação dos ambientes, Carlos
131 comentou que há um documento complementar ao Plano de Contingência denominado
132 “Análise dos ambientes críticos do IFRS”, o qual traz um apanhado geral de todo IFRS,
133 prevendo a ocupação de alguns ambientes, e indicado a ocupação máxima, mas que uma
134 análise mais ampliada deverá ser realizada pelos campi, para verificar o teto de ocupação
135 real de todos os ambientes, pois o documento se baseou num cálculo utilizando a área total,
136 mas dependendo do ambiente, esses números podem ser alterados, e destacou que o
137 cartaz padrão deve ser fixado na porta de cada local com o registro do número máximo de
138 usuários que podem permanecer no mesmo. Sobre higienização dos espaços, falou que
139 após o uso, o ambiente deve ser higienizado, sempre que possível, especialmente os pisos
140 de áreas comuns a cada troca de turno e superfícies de toque recorrente, como maçanetas
141 de portar, corrimões de escadas. Destacou ainda que será necessário garantir
142 equipamentos de higiene, como dispensadores de álcool em gel e lixeiras, devendo estas
143 serem esvaziadas a cada troca de turno, e o kit de higiene completo nos banheiros, com
144 sabonete líquido, toalhas de papel não reciclado e álcool 70% em gel, espuma ou spray.
145 Falou ainda que é necessário eliminar bebedouros de jato inclinado – o que já foi feito no
146 campus, e manter portas e janelas permanentemente abertas. Sobre os protocolos
147 recomendados, Carlos Eduardo destacou: Aferição da temperatura anterior ao acesso a
148 qualquer ambiente fechado; Orientação, pela Comissão Local, a responsáveis designados
149 para o cumprimento das medidas protetivas bem como para esclarecimento de dúvidas em
150 cada setor de trabalho e turma de aula; Realização de treinamentos de frequência mínima
151 semanal de modo a reforçar as orientações de prevenção, evitando que o cumprimento dos
152 protocolos seja flexibilizado ao longo do tempo. Sobre os Protocolos complementares,
153 Carlos Eduardo falou que será necessário o estabelecimento de protocolos adicionais, pela

154 Comissão Local, desde que mais rígidos do que os obrigatórios definidos pelo Plano de
155 Contingência, com o objetivo de atender especificidades quanto a espaços físicos e rotinas
156 de trabalho no *campus*, os quais deverão ser cumpridos após aprovação pelo CONCAMP;
157 Outro documento apresentado por Carlos Eduardo foi a “IN Proen Nº 06, de 13/05/2021”,
158 a qual dispõe sobre orientações quanto ao fluxo para a solicitação de realização de
159 atividades práticas presenciais de componentes curriculares, considerando o Art. 22 da
160 Resolução CONSUP nº 015, de 19/02/2021, sobre a qual Carlos Eduardo comentou sobre o
161 fluxo das solicitações de realização de qualquer atividade prática presencial, frisando que a
162 liberação deve ser aprovada pelo Concamp, após consulta aos colegiados dos cursos e a
163 Comissão Local para Prevenção, Monitoramento e Controle da COVID-19, a qual tem
164 suporte do Grupo de Trabalho Retorno Seguro, nomeado pela Portaria nº 086, para análise
165 das solicitações. O último documento apresentado por Carlos Eduardo, foi o “Protocolo
166 para uso dos laboratórios no IFRS durante a pandemia de COVID-19”, sobre o qual enfatizou
167 que também complementa ao Plano de Contingência, e destacou as orientações mais
168 importantes descritas no documento, como sempre manter cabelos compridos presos e
169 quando necessário, o uso de touca; Evitar o uso de adornos pessoais como relógios, brincos,
170 anéis, pulseiras e outros; Manter bolsas, mochilas e demais objetos (inclusive celulares) em
171 espaço reservado na entrada do laboratório; Atentar para a disposição de bancadas e/ou
172 postos de trabalho de forma a respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 m; Manter uma
173 sinalização (chão ou bancadas) de distanciamento e deslocamento no interior do
174 laboratório; Sempre que possível, manter a utilização de laboratórios por um mesmo grupo
175 de estudantes; Garantir que somente objetos estritamente necessários sejam portados no
176 interior dos laboratórios; Equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados pela equipe
177 técnica antes e depois da aula; Obedecer a uma escala de revezamento de alunos durante
178 a operação de capelas de exaustão; Não utilizar, à medida do possível, capelas de fluxo
179 laminar uma vez que a operação desse equipamento requer áreas isentas de aberturas.
180 Sobre as orientações complementares para laboratórios de biologia, química, física e afins,
181 destacou que devem ser avaliadas pelos professores e/ou técnicos de laboratórios a
182 necessidade da limpeza dos sapatos, e caso necessário, utilizar um tapete sanitizante na
183 entrada dos laboratórios. Carlos Eduardo comentou que nos laboratórios e usinas da área
184 de alimentos estas práticas que já vinham sendo utilizadas anteriormente, e que as
185 máscaras e luvas descartáveis, papel toalha, entre outros devem ser descartados no resíduo
186 orgânico, em lixeira específica que ficará nos laboratórios. Destacou que será necessária a
187 realização de um check list padrão com as regras de utilização, em todos os laboratórios e
188 também o controle de entrada de pessoas. Monalise comentou que a fala de Carlos Eduardo
189 foi bem orientadora, mas que observou na análise dos ambientes críticos que alguns locais
190 não condizem com a realidade, exemplificando o laboratório de química, no qual não foi
191 considerado o mobiliário no cálculo, e dessa forma o número máximo de pessoas que
192 poderiam ocupar o espaço ficou acima do possível, e também questionou porque somente
193 alguns ambientes não estão no documento. Sugeriu que o documento deveria contemplar
194 todos os espaços do campus, independente do número de estudantes matriculados, com

195 realização de uma análise completa, destacando que os laboratórios possuem muitos
196 mobiliários e equipamentos, e também informou que Inês (bibliotecária) questionou sobre
197 a previsão de orientações acerca da biblioteca, pois nos documentos não há nada específico
198 para este setor. Alexandre comentou que o documento foi organizado pela PRODI, a qual
199 solicitou o levantamento das medidas dos laboratórios aos Gestores de DI dos campi, no
200 início da pandemia, em momento de grande insegurança, e que com auxílio da Roberta,
201 realizou o levantamento com base nas plantas do campus. Dessa forma, foi realizado
202 somente o levantamento área das salas, sem considerar os equipamentos e mobiliário, e
203 que a PRODI foi questionada sobre o assunto, a qual informou que o importante era a área
204 total, por conta da ventilação. Falou ainda que quanto ao número de ocupantes dos
205 espaços, foi feita uma estimativa utilizando o número de estudantes matriculados naquele
206 momento, e que foi encaminhada para a PRODI uma planilha detalhada, com todos os espaços
207 do campus, e que o recorte foi feito pelo Comitê Central. Alexandre pontuou que as
208 informações iniciais podem ser disponibilizadas, para fazer os ajustes necessários,
209 considerando o percentual de área ocupada por mobiliário. Monalise sugeriu que, para o
210 retorno às atividades presenciais, fosse elaborado um documento por local com
211 participação dos responsáveis pelas áreas, para trabalhar a capacidade de ocupação dos
212 locais de forma mais detalhada, pois o restante está bem elaborado no Plano de
213 Contingência. Roberta considerou interessante a proposição de Monalise e que a mesma
214 pode ser levada ao Comitê de Crise do campus para revisão dos espaços, e pontuou que o
215 retorno seguro vai depender do esforço de todos. Sobre a biblioteca, falou que esteve com
216 Carlos Eduardo no *campus*, para avaliar a criação de um fluxo para utilização da mesma,
217 que será apresentado assim que estiver definido. Keila comentou que no documento
218 publicado anteriormente não constava a capacidade máxima dos laboratórios da área de
219 moda e vestuário, e que foi necessário fazer um diálogo com a DDE para prever a capacidade
220 desses espaços, pois não se sabia como proceder. Carlos Eduardo comentou que foi
221 definido pelo Comitê Central que os locais onde não havia histórico de ocupação muito alta,
222 não seriam incluídos no documento, pois já estariam dentro da capacidade de ocupação
223 permitida. Falou ainda que está de acordo com a sugestão de Monalise, e que considera ser
224 inviável o *campus* se basear unicamente no documento da Reitoria, pois se trata de uma
225 estimativa inicial e precária. Keila falou que no caso de alguns laboratórios da área da moda,
226 em função da dimensão das mesas e outros mobiliários, os estudantes acabam ficando
227 muito próximos, mesmo não tendo uma ocupação muito elevada de alunos, seria
228 importante fazer esse levantamento. Alexandre sugeriu como encaminhamento, levar ao
229 Comitê de Crise a sugestão de revisão e construção de um novo documento juntamente
230 com as áreas. Comentou também que há preocupação acerca da utilização dos Laboratórios
231 de informática, sobre higienização dos equipamentos. Roberta, comentou que o Comitê
232 está preocupado, se reunindo constantemente, pois um possível retorno envolve muitos
233 detalhes, e que a colaboração dos conselheiros é importante para organização de um
234 retorno seguro. Falou que os bebedouros já foram substituídos, que há mais de 300 litros
235 de álcool no campus, e que além do material de higiene que consta no contrato de limpeza,

236 tem um estoque de papel toalha, sabonete líquido e tapetes sanitizantes, e também que
237 outros insumos estão sendo adquiridos. Sobre o material para uso das áreas, falou que ano
238 passado foi adquirido bastante coisa, a não ser para a área da mecânica, que está
239 aguardando pregão. Falou ainda que foi iniciado um planejamento sobre os insumos
240 necessários para o caso de retorno de aulas práticas e os TCCs, e que estão sendo feitas
241 aquisição de termômetros e squeezes, e solicitou aos dos conselheiros que se perceberem
242 mais alguma necessidade, que a mesma seja encaminhada. Roberta destacou também que
243 para o retorno presencial, a participação do Conselho no processo será muito importante,
244 destacando o art. 14 da Resolução Nº 015/2021 do Consup, que trata da descontinuidade
245 do ensino remoto e retorno às atividades presenciais. **4. Assuntos gerais:** Alexandro
246 informou que recebeu a informação de Eduardo, o qual está em Reunião do Colégio de
247 Dirigentes, que há grande preocupação como orçamento de 2022, que a princípio será
248 trabalhado com o orçamento de 2021, mas que a estimativa é que ele seja inferior.
249 Comentou que será necessária, na ocasião da elaboração do Plano de ação, a compreensão
250 da comunidade acadêmica acerca da questão orçamentária, pois a mesma foge das
251 decisões da instituição, sendo uma questão de política governamental. Alexandro
252 agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a reunião. Finalizados os
253 trabalhos, nada mais havendo a constar, eu, Racoski, chefe de gabinete, lavrei a presente
254 ata, contendo este termo 254 linhas.....